



X CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE

I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO - SIRSSSE

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ • CURITIBA, 7 a 10 de novembro de 2011

POLÍTICAS DE INCLUSÃO DIGITAL NO BRASIL: PERSPECTIVAS E QUESTIONAMENTOS

SILVEIRA, Ana Paula Kuczmynda da – IFSC/UFSC
ana.paula@ifsc.edu.br

MACIEL, Dieysson José – IFSC/FURB
dieysson_die@hotmail.com

SCHLINGMANN, Amanda Loiose – IFSC/FURB
marilda.aparecida@pucpr.br

Eixo Temático: Comunicação e Tecnologia
Agência Financiadora: CNPq

Resumo

Este trabalho tem como objetivo discutir as políticas públicas de promoção da inclusão digital no Brasil, problematizando-as a partir da análise de dados de pesquisa coletados mediante a aplicação de questionários compostos, em sua maioria por questões abertas, que visavam à obtenção de dados para nortear o planejamento da unidade curricular Comunicação empresarial escrita do curso de formação inicial e continuada de Assistente de Administração e para orientarem o planejamento do curso de formação inicial e continuada em Informática Básica e Mídias sociais, ambos oferecidos pelo Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Gaspar à comunidade. Cento e dez alunos responderam os questionários (20 do primeiro curso e 90 do segundo), fornecendo-nos dados que apontam no sentido de se compreender que políticas de acessibilidade à internet e que facilitam a compra de computadores a uma parcela da população menos favorecida economicamente, apesar de necessárias, não são suficientes para resolver a questão da exclusão digital. Exclusão esta que está imbricada a questões de ordem cultural e socio-histórica, as quais precisam ser discutidas para que haja efetividade nas políticas públicas adotadas, seja no âmbito federal, estadual e municipal. Há ainda que se entender que há vários níveis de exclusão social, assim como há diversos níveis de inclusão digital, uma vez que tanto as mídias digitais quanto as esferas da atividade humana possuem uma amplitude e complexidade ímpar e que precisa ser discutida quando se planejam cursos e iniciativas nesse sentido.

Palavras-chave: Inclusão social. Letramento digital. Políticas públicas de inclusão digital.

Introdução

A questão da inclusão digital está atualmente no cerne de grande parte das discussões vinculadas à adoção de políticas governamentais relacionadas à educação de crianças, jovens e adultos, no Brasil. Todavia, a preocupação do governo federal e dos governos estaduais e

municipais brasileiros com essa temática, não deve ser vista como algo descolado de uma política mundial adotada nesse sentido. Como ressalta a Unesco (2005) no documento *Hacia las sociedades del conocimiento*, a difusão ampla do conhecimento está hoje atrelada à possibilidade de dar a esse conhecimento publicidade, ou seja, de torná-lo acessível ou acessável, movimento esse que parece ganhar materialidade com a difusão das novas tecnologias e com a expansão e popularização da Internet.

Como também ressalta a Unesco (2005) no mesmo documento, o desafio da contemporaneidade consiste na construção de um caminho que leve o homem, as nações, as sociedades, da sociedade da informação à sociedade do conhecimento. Nesse contexto, enquanto se entende a sociedade da informação como aquela que se baseia nos progressos tecnológicos e no domínio de ferramentas tecnológicas; o conceito de sociedade do conhecimento é muito mais amplo, pois abarca dimensões sociais, éticas e políticas bastante vastas, que possam dar conta de toda uma diversidade cultural e linguística que se marca no mundo de forma geral e, mais especificamente, no contexto de cada nação e de cada sociedade.

Essa percepção da necessidade de se caminhar em direção à sociedade do conhecimento, sociedade essa em que se possa dar conta de discutir, analisar e produzir conhecimento, levando em conta toda a diversidade acima sinalizada, diversidade esta constituída socio-historicamente, impõe desafios ampliados aos governos e ao planejamento de políticas públicas que possam viabilizar tal projeto. O objetivo deste trabalho é analisar, com base em dados coletados junto a alunos de dois cursos do Instituto Federal de Santa Catarina – Campus Gaspar, as dimensões dessas políticas públicas, assinalando os desafios que estão postos e as dificuldades que parecem presentes. Para tanto, este trabalho se divide em três seções: na primeira, discutimos as políticas de inclusão digital no Brasil e os desafios que essa inclusão representa no contexto brasileiro e mundial; no segundo, analisamos dados coletados em pesquisa de campo junto a dois grupos de alunos do IFSC – Campus Gaspar e, no terceiro, apresentamos considerações finais de pesquisa.

Políticas de Inclusão Digital para driblar o abismo digital e a exclusão social

A inclusão digital vem tornando-se uma temática cada vez mais relevante em decorrência dos movimentos que se configuram na realidade global e também na realidade

brasileira, movimentos esses de ordem econômica, social e tecnológica, preponderantemente, em direção a uma crescente digitalização da informação e, portanto, do conhecimento, ou de algumas dimensões desse conhecimento, daquilo que é documentável, registrável, digitalizável.

No mundo do trabalho, por exemplo, observamos uma crescente substituição da carta comercial, dos comunicados e documentos impressos, pelo e-mail empresarial e por documentos digitais respectivamente. Na esfera do cotidiano, essa digitalização também é crescente, haja vista, por exemplo, o fato de, atualmente, no Brasil, as declarações de Imposto de Renda serem somente aceitas em versão digital; ou a importância de se possuir o domínio de ferramentas digitais para que se possa realizar operações bancárias; ou ainda, a expansão das vendas via internet. Olhar o e-mail todos os dias, pesquisar a previsão do tempo na internet, realizar uma operação bancária via computador pessoal parece ser um hábito comum, quase banal, mas essa é uma realidade experienciada por uma parcela bastante reduzida da população brasileira.

Exemplos como os que trouxemos até aqui expõem a face crítica de uma situação crescentemente difícil: a face da exclusão social derivada da exclusão digital. Como apontam os dados da UNESCO (2005), o número de internautas vem aumentando rapidamente, em 1995, eles representavam 3% da população mundial; em 2003, já eram 11%. Entretanto, o crescimento das redes corre o risco de tropeçar em questões de ordem econômica e educacional, tendo em vista que 20% da população mundial concentram em suas mãos 80% da renda mundial (UNESCO, 2005). A preocupação que está posta é a de que esses mesmos 20% da população mundial detenham o acesso à informação e ao conhecimento em mídia digital, alijando os outros 80% do acesso a essa informação; o que representaria uma face cruel, preocupante e talvez sem precedentes da exclusão social. Como aponta a Unesco (2005), o abismo digital que vem se constituindo ao longo dos últimos anos pode vir a acarretar um abismo cognitivo implicado na impossibilidade/dificuldade de acesso à informação, à educação, à investigação científica e à diversidade cultural e linguística.

Atualmente o governo brasileiro vem revelando duas preocupações no que se refere à adoção de políticas de inclusão digital: acessibilidade e construção de competências para uso das Tecnologias da informação e comunicação (TICs). A preocupação com a acessibilidade está vinculada à popularização da oferta de acesso à informação que circula em mídia digital para que toda a sociedade possa ter acesso às informações disponíveis nos meios de

comunicação em mídia digital, o que representa um fomento à produção e disseminação do conhecimento. Com relação à construção de competências para o uso das TIC`s, observa-se aqui a necessidade de que o acesso a tais mídias esteja relacionado à construção de conhecimentos necessários para a utilização de ferramentas digitais para o uso cotidiano, por exemplo, em casa, no trabalho ou na escola¹.

Tais preocupações levaram o governo brasileiro à adoção de políticas de inclusão digital que envolvem, entre outras ações: a criação do Observatório Nacional de Inclusão Digital e a disseminação de programas com focos diversos que viabilizem o letramento digital – entendemos aqui letramento digital como letramento em mídia digital, o que pressupõe o alfabetismo digital (ou seja, o domínio de ferramentas digitais), mas é mais amplo, englobando questões relacionadas às práticas de leitura/escuta e produção textual nesse meio e à construção de competências para tanto.

Portanto, tomamos aqui as concepções de alfabetização e letramento à semelhança da maneira como elas são tomadas por Barton (1994), Gee (2004), Street (1993; 2003), no que se refere às práticas de leitura e escrita mediadas pela linguagem, isso pressupõe ir além daquilo que se usa chamar de alfabetização digital e que poderíamos entender como o domínio das ferramentas de acesso às TIC`s, no sentido de fomentar eventos de letramento digital que possam efetivamente permitir a inclusão do sujeito em práticas mediadas pelas TIC`s na sociedade.

Segundo a página virtual do governo brasileiro que reúne dados sobre os programas de inclusão digital que vêm sendo empreendidos na esfera federal², o programa que mais tem tido sucesso é o PC Conectado – Computador Para Todos, implementado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia. Nesse projeto, são comercializados computadores pessoais com taxas de juros reduzidas. As vendas são feitas por grandes redes de varejo, por meio de uma linha de financiamento de aproximadamente R\$ 250 milhões oferecida pelo BNDES. Esses computadores custam em média R\$ 1.200,00, que podem ser pagos em até 24 parcelas, são produzidos no Brasil e têm uma especificação técnica mínima estabelecida pelo Governo. Aqueles que adquirem um PC Conectado têm planos especiais para acesso à Internet, mais baratos do que a média do mercado. Estima-se que até o final de 2006, 2 milhões de computadores tenham sido vendidos nesse programa. Além disso, as isenções dadas a

¹ Dados disponíveis em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/>. Acesso em 10/08/2011.

² Dados disponíveis em: <http://www.inclusaodigital.gov.br/>. Acesso em 10/08/2011.

computadores com valor inferior a R\$ 2.500,00, a depreciação do dólar em relação ao real e a própria competição de mercado gerada pelo programa têm alavancado a comercialização de computadores no Brasil.

Porém, segundo GURSTEIN (2003, p.45),

[...] mensurar o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicações não é tão simples – nada novo para a Comunicação, que já há muito percebeu que teorias do tipo “acesso” e “não acesso” são pouco condizentes com a realidade. O que temos, de fato, são múltiplos níveis de acesso, portanto, na mesma medida, múltiplos níveis de exclusão. Primeiro, porque não temos apenas uma tecnologia da informação, mas várias. Segundo, porque há diferentes níveis de qualidade de acesso a cada uma dessas tecnologias. E terceiro, porque há uma diferença muito grande entre o simples “acesso” e o efetivo “uso”. Enquanto “acesso” é um termo que simplesmente indica uma funcionalidade técnica ou relativa à infraestrutura, o termo “uso” é bem mais amplo, e se relaciona à capacidade de aplicação das TICs para se alcançar objetivos individuais ou coletivos.

Criar locais de livre acesso às TICs, ou possuir acesso a tais tecnologias pode não significar estar incluído digitalmente; igualmente, possuir o domínio de ferramentas digitais não garante inclusão social. Há aqui que se pensar em conjugar ações que possam possibilitar acessibilidade, conjugada a ao letramento digital crítico e reflexivo, e que se pensar que inclusão digital é uma temática complexa, que envolve a inserção do sujeito em diferentes esferas da atividade humana.

Pensando a realidade de dois grupos de alunos do IFSC-Campus Gaspar

Os dados aqui analisados provêm de dois grupos de alunos. O primeiro grupo era constituído por cerca de vinte adolescentes, estudantes, em sua maioria, da oitava série do Ensino Fundamental de escolas da rede pública de ensino da cidade de Gaspar (SC). O segundo era constituído por adolescentes, adultos (em sua maioria com 40 anos ou mais) e idosos que compunham três turmas atendidas pelo Curso de Informática Básica e Mídias Sociais, oferecido pelo IFSC-Campus Gaspar com o fomento do CNPq – ao todo, representavam 90 alunos. A configuração etária dessas turmas pode ser observada na Figura 1.

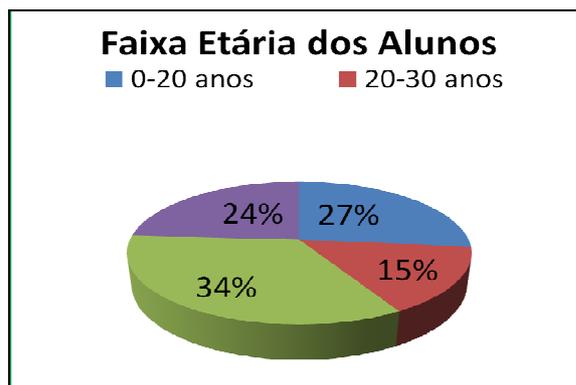


Figura 1 – Configuração etária dos alunos atendidos pelo curso FIC de Informática Básica e Mídias sociais

Todos os dados foram coletados a partir de questionários escritos, compostos preponderantemente por perguntas abertas, apresentados aos alunos mencionados. No caso do primeiro grupo, o objetivo do questionário era levantar dados para a configuração da unidade curricular Comunicação Empresarial, a qual compunha a grade curricular do Curso de Formação inicial e continuada de Assistente Administrativo. No questionário, perguntava-se aos alunos se eles possuíam endereço de e-mail e com que frequência o acessavam. Dos alunos que realizavam o curso, 75% revelaram não possuir endereço de e-mail e nunca o acessarem. Dentre os que possuíam endereço de e-mail (4 alunos), três informaram nunca acessá-lo, pois só o possuíam para terem acesso a serviços (jogos, *Messenger*, *Orkut*) que solicitavam a existência de um endereço de e-mail. Ao serem perguntados se possuíam acesso a computador, 100% dos alunos informaram ter acesso a computador, sendo que 90% possuíam computador em casa e 100% estudavam em escola com sala de aula específica para aulas de informática.

Ao serem questionados a respeito do domínio de ferramentas digitais, 70% informaram não dominar essas ferramentas. Os 30% restantes informaram ter pouco domínio ou domínio razoável de tais ferramentas, nas palavras dos alunos, “*consigo fazer o básico, escrever um texto, colocar figura e imprimir.*”

Ao serem questionados sobre as atividades que realizavam com o uso do computador, os alunos disseram usar o computador para jogar, ver vídeos, escutar música, acessar mídias sociais (*Orkut*) e usar ferramentas de comunicação instantânea (*MSN*). Os resultados da pesquisa nos surpreenderam, já que há um discurso posto de que os jovens dominam com facilidade ferramentas digitais, o que não aparece com clareza nos dados analisados. Os resultados deixam claro que os jovens acessam com frequência a internet e dominam as

ferramentas necessárias para tanto, o que não implica o domínio daquelas necessárias, por exemplo, a sua inserção no mundo do trabalho. Podemos dizer que esses jovens estão incluídos digitalmente se têm dificuldades para escreverem em mídia digital? Mesmo tendo acesso ao computador e contando com um espaço para a construção de competências para o uso de ferramentas digitais na escola (e mesmo em casa), os jovens limitam-se a realizar um pequeno número de atividades com o uso do computador. Isso nos levou a encaminhar aos jovens uma última pergunta, proposta a todos os jovens após a análise dos questionários: que tipo de atividades você realiza na sala de informática da sua escola: 100% dos alunos fizeram referência a atividades lúdicas (jogos, palavras-cruzadas, ver vídeos, ouvir música) e 85% mencionaram realizar pesquisas. Ainda que essas atividades sejam relevantes dependendo da maneira como sejam conduzidas, parecem-nos insuficientes para permitir a esses alunos transitarem por diferentes esferas da atividade humana em que as interações são mediadas por mídias digitais.



Figura 2 – Percentagem dos alunos com computador em casa

Com relação ao segundo grupo estudado, 81% dos alunos revelaram ter computador em casa, como se observa na figura 2. Dentre os adultos e idosos, a grande maioria revelou fazer pouco ou nenhum uso do computador ou depender de auxílio para fazê-lo. Dentre os mais jovens, os dados obtidos coadunaram com os acima referidos no que tange a outra turma estudada: todos fazem algum uso do computador, porém esse uso se restringe quase exclusivamente ao acesso a sites de jogos e mídias sociais. Poucos revelam utilizar a internet para realizarem pesquisas (escolares ou não), ainda que, ao longo das aulas (ministradas em parte por esta pesquisadora), tenha ficado claro que eles têm facilidade para utilizar ferramentas de busca como, por exemplo, o Google, para pesquisarem conteúdos quaisquer que achem interessantes (dicas de jogos, sites de fofoca, sites que disponibilizam músicas, o *Youtube*, entre outros).

Considerações Finais

Os dados de pesquisa aqui analisados expõem uma situação comentada no documento *Measuring and monitoring the information and knowledge societies: a statistical challenge* (UNESCO, 2003, p. 14), quando fala sobre a inclusão digital e a superação do abismo digital na sociedade: “A provisão meramente da infraestrutura é condição necessária, mas não suficiente para resolver a inequidade. Costumes locais, tradições e percepções frequentemente agem no sentido tanto de reforçar quanto de enfraquecer tais questões de acesso.”. Entre essas questões podemos pensar, por exemplo, na cultura escolar, em que as TIC`s ainda têm pouco penetração, em que o espaço da sala de informática ainda não foi compreendido como um espaço escolar em que se possa mediar a aquisição de conhecimentos relativos ao domínio de ferramentas digitais e em que se possam observar eventos de letramento digital.

REFERÊNCIAS

- BARTON, D. The social basis of literacy. In: _____. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Oxford: Blackwell, 1994. p. 33-49
- GEE, J. P. A strange fact about not learning to read. In: _____. *Situated language and learning: a critique of traditional schooling*. UK: Routledge, 2004. p. 07-21
- GURSTEIN, M. , “Effective use: A community informatics strategy beyond the Digital Divide”. In First Monday, vol. 8 (12), 2003. Disponível em: <http://www.firstmonday.dk/issues/issue8_12/gurstein/index.htm>. (acesso em 15 de dezembro de 2005).
- LOPES, A, C. , “Exclusão Digital e a Política de Inclusão Digital no Brasil – o que temos feito? . Disponível em <http://www.eptic.com.br/arquivos/Revistas/v.%20IX,n.%202,2007/ACristianoLopes.pdf> > (acesso em 21 de agosto de 2011).
- STREET, B. Abordagens Alternativas ao Letramento e Desenvolvimento. Texto apresentado durante a Teleconferência Unesco Brasil sobre Letramento e Diversidade. Londres: King`s College, outubro de 2003
- UNESCO. Hacia las sociedades del conocimiento. Paris: UNESCO, 2005.
- UNESCO Institute of Statistics. *Measuring and monitoring the information and knowledge societies: a statistical challenge*. Montreal: UNESCO, 2003.